

Brasília - DF,

Em 02 de maio de 1969

ESTUDO SUCINTO Nº 39/SG-1/69

1. ASSUNTO

Projeto de Acôrdo Geral de Cooperação sôbre CIÊNCIA E TECNOLOGIA a ser assinado, eventualmente, entre o BRASIL e a REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA.

2. ORIGEM

Exposição de Motivos APP/AEOc/AOI/DC/56/550.5(81a) - CONFIDENCIAL, de 2 Abr 69, do Ministério das Relações Exteriores, em relação ao qual o Exmº Sr Presidente da República exarou, em 9 Abr 69, o seguinte despacho:

" Ao Exmº Sr Gen Secretário-Geral do CSN,  
para estudo e informação".

3. DOCUMENTAÇÃO BÁSICA

3.1 - Legislação citada

3.1.1 - E.M. APP/AEOc/AOI/DC/56/550.5(81a) - CONFIDENCIAL, de 2 Abr 69, do MRE.

3.1.2 - Conceito Estratégico Nacional;

3.1.3 - Reforma Administrativa;

3.1.4 - Política Nacional de Energia Nuclear - Diretrizes;

CONTINUAÇÃO DO ESTUDO SUCINTO Nº 39/SG-1/69

-2.

- 3.1.5 - Convenção de Genebra sobre o Direito do Mar;
- 3.1.6 - Política Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- 3.1.7 - Política Nacional do Desenvolvimento das Atividades Espaciais - Diretrizes (em fase final de elaboração, nesta SG/CSN);
- 3.1.8 - Decreto 348, de 4 de janeiro de 1968.

### 3.2 - Extrato da legislação citada

#### 3.2.1 - Conceito Estratégico Nacional

## 2. ELEMENTOS ESSENCIAIS DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL

### 2.3 - No Campo Psicossocial

- 2.3.2 - Intensificação da pesquisa científica e tecnológica como instrumento de aceleração do desenvolvimento.

### 3.2.2 - Reforma Administrativa

(Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967)

#### Título VII

Art. 39 - Os assuntos que constituem a área de competência de cada Ministério são, a seguir, especificados:

#### SETOR POLÍTICO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

III - Participação nas negociações comer

CONTINUAÇÃO DO ESTUDO SUCINTO Nº 39/SG-1/

-3.

ciais, econômicas, financeiras, técnicas e culturais com países e entidades estrangeiras.

IV - Programas de cooperação internacional.

SETOR DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL.

.....

IV - Coordenação da assistência técnica internacional.

SETOR ECONÔMICO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

I - Assuntos monetários, creditícios, financeiros e fiscais; poupança popular;

.....

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

I - ..... e pesca.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

.....

II - Comércio exterior.

.....

IV - Propriedade industrial; .....

VI - Pesquisa e experimentação tecnológica.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

.....

V - Indústria de energia elétrica, inclusive de natureza nuclear.

Título IX

## Do Estado-Maior das Forças Armadas

Art. 50 - O Estado-Maior das Forças Armadas, órgão de assessoramento do Presidente da República, tem por atribuições:

V - Coordenar os planos de pesquisas, de fortalecimento e de mobilização das Forças Armadas, e os programas de aplicação de recursos decorrentes.

## Do Ministério da Marinha

Art. 54 - O Ministério da Marinha administra os negócios da Marinha de Guerra e tem como atribuição principal a preparação desta para o cumprimento de sua destinação constitucional.

§ 1º - Cabe ao Ministério da Marinha:

II - Orientar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interesse da Marinha, obedecido o previsto no item V do art. 50 da presente Lei.

## Do Ministério do Exército

Art. 59 - O Ministério do Exército administra os negócios do Exército e tem, como atribuição principal, a preparação do Exército para o cumprimento da sua destinação constitucional.

§ 1º - Cabe ao Ministério do Exército:

II - Orientar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interesse do Exército, obedecido o previsto no item V do Art 50 da presente Lei.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Art. 63 - O Ministério da Aeronáutica administra os negócios da Aeronáutica e tem como atribuição principal a preparação da Força Aérea Brasileira para o cumprimento da sua destinação constitucional.

Parágrafo Único - Cabe ao Ministério da Aeronáutica:

II - Orientar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interesse da Aeronáutica, obedecido o previsto no item V do Art 50, da presente Lei.

III - Estudar e propor diretrizes para a política aérea nacional.

3.2.3 - Política Nacional de Energia Nuclear - Diretrizes2. OBJETIVOS2.1 - Imediatos

2.1.7 - Estimular a utilização da energia nuclear para fins pacíficos, nos diversos setores do desenvolvimento nacional.

2.2 - Permanentes

2.2.4 - Utilizar plenamente a energia nuclear, para fins pacíficos, em todos os setores da atividade nacional.

2.2.5 - Dinamizar o intercâmbio técnico-científico com outros países, no campo da energia nuclear, especialmente com os países mais desenvolvidos.

### 3.4 - Medidas para o âmbito externo

Para consecução dos objetivos, os organismos federais responsáveis pela Política Nacional de Energia Nuclear, na esfera de suas atribuições, de acordo com a programação estabelecida e com o assessoramento político-diplomático do MRE, promoverão as seguintes medidas para atuação no âmbito externo:

3.4.1 - estabelecer tratados, acordos e convênios internacionais objetivando o aprimoramento e o equipamento técnico e científico nacionais. Os Instrumentos acima obrigatoriamente acordos com o texto e o espírito destas Diretrizes terão por finalidades:

- complementar os programas estabelecidos, na qual o que não pôde ser possível efetuar em território nacional;
- acelerar a implantação da infra-estrutura nuclear;
- elaborar programas de cooperação, especialmente quanto aos aspectos de:
  - formação de pessoal especializado;
  - emprego de radiações;
  - projetos de produção de componentes de reatores;
  - implantação de aceleradores de partículas;
  - prospecção de minerais e minérios de interesse no campo nuclear;

### 3.2.4 - POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

" 3 - PRINCIPAIS OBJETIVOS E INSTRUMENTOS3.1 - A curto prazo

- .....
- 4) Incentivo à rápida divulgação dos resultados científicos e tecnológicos, facilitando aos pesquisadores a publicação dos seus trabalhos ou a patenteação de suas descobertas.
- 5) Incentivo à elevação do padrão de ensino das ciências, nos meios universitários, através de:
- ampla divulgação do que melhor se realiza nos países mais adiantados;
  - intercâmbio de mestres; e
  - estágio de alunos em centros e institutos de pesquisas e em laboratórios industriais.
- 6) Ampliação e fortalecimento do intercâmbio científico e tecnológico interno e externo, sempre visando à elevação do conhecimento geral;
- .....

4 - POLÍTICA DE CONSECUÇÃO

## 4.1 - .....

4.2 - No âmbito externo

- 4.2.1 - Os planos nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico utilizarão a colaboração externa, para o aperfeiçoamento de cientistas e tecnólogos do país

alto nível, em universidades ,  
centros e institutos de países  
altamente desenvolvidos.

4.2.2 - Para o cumprimento do ítem acima:

- 1) O Brasil deverá firmar acôrdos e tratados com países de elevado nível científico e tecnológico, objetivando o aprimoramento dos cientistas e tecnólogos nacionais;

.....

4.2.3 - O Brasil deverá ainda firmar acôrdos e convênios, com países altamente desenvolvidos e com entidades internacionais, a fim de:

- 1) Assegurar recursos em equipamentos e instrumentos, para os centros já existentes e para os novos a serem criados;
- 2) Desenvolver projetos setoriais de pesquisas.

#### 4. APRECIACÃO

##### 4.1 - A Exposição de Motivos

###### 4.1.1 - Antecedentes

- Conforme se lê na Exposição de Motivos que deu origem ao presente estudo, verifica-se que:
- a idéia da assinatura de um Acôrdo Geral de cooperação para fins pacíficos entre os dois países surgiu das conversações reali-



zadas em nosso país, na oportunidade da visita do Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha ao Brasil, em outubro de 1968, e, dos entendimentos mantidos na RFA pelo Ministro das Minas e Energia, então o Deputado Federal JOSÉ COSTA CAVALCANTI, em fins do ano passado.

- o texto do projeto de Acôrdio apresentado pelo Ministério das Relações Exteriores, resulta dos estudos de um Grupo de Trabalho Interministerial - do qual participaram representantes dos Ministérios da Marinha, da Aeronáutica, das Minas e Energia e das Relações Exteriores, do Conselho Nacional de Pesquisas e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.
- segundo o Itamaraty, êsse texto, uma contra-proposta brasileira à proposta alemã, já foi aceito, em princípio, pelas autoridades alemãs incumbidas de negociar o Acôrdio Geral.
- das negociações havidas no MRE, por ocasião da visita ao Brasil do Ministro da Pesquisa Científica da RFA, Doutor GERHARD STOLTENBERG, participaram o Ministro das Minas e Energia, Professor DIAS LEITE e os Presidentes do Conselho Nacional de Pesquisas e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

#### 4.1.2 - Pontos principais

A Exposição de Motivos em questão abordou os seguintes tópicos:

- O Acôrdio Geral de Cooperação sôbre Ciência e Tecnologia de que ora se trata é instrumento-quadro a ser implementado a-

través de convênios especiais em todos os campos em que haja interesse mútuo, especialmente em energia nuclear, atividades aeronáuticas e espaciais, oceanografia, computação eletrônica de dados e documentação científica.

- Os convênios especiais previstos no Acôrdio Geral serão negociados pelos órgãos especializados de cada Governo designados em cada caso pelas respectivas Chancelarias e entrarão em vigor, sempre que necessário, mediante Acôrdio por troca de Notas.
- A fim de assegurar a boa implementação do Acôrdio Geral e dos convênios especiais nêles previstos deverá ser constituída uma Comissão Mista Teuto-Brasileira. Para o exame de questões especiais a Comissão poderá designar grupos de peritos.
- A assinatura do Acôrdio está prevista em princípio, para fins de maio do corrente ano, quando da viagem que o Ministro das Relações Exteriores fará à República Federal da Alemanha, em retribuição à que nos fez o Ministro WILLY BRANDT.
- O Ministério das Relações Exteriores solicita seja o projeto de Acôrdio anexo desde já apreciado nos aspectos que, porventura tenham implicações com a problemática da Segurança Nacional.

#### 4.2 - O Acôrdio

##### 4.2.1 - Observações Gerais

Do projeto base da República Federal da Alemanha, surgiu contra-proposta brasileira, em princípio aprovada por ambas as partes.

(1) - O Acôrdo, em termos gerais, prevê a cooperação nos seguintes campos:

- Proposta alemã:

- A) Pesquisa nuclear e desenvolvimento da tecnologia nuclear;
- B) Pesquisa espacial e aérea;
- C) Oceanografia;
- D) Documentação e informação científica.

- Contra-proposta brasileira:

- A) Energia nuclear;
- B) Aeronáutica e atividades espaciais;
- C) Oceanografia;
- D) Documentação científica;
- E) Processamento eletrônico de dados;
- F) Outros assuntos de interesse mútuo.

(2) - A cooperação em cada campo será objeto de convênios especiais sôbre programas ou projetos específicos.

(3) - Verifica-se que a contra-proposta brasileira desdobrou um dos campos e acrescentou outro aos apresentados pela proposta alemã.

(4) - Face a legislação em vigor e às Diretrizes de Governo, observa-se que deixaram de ser ouvidos, os seguintes Ministérios ou Órgãos, que possuem atribuições dentro dos campos em estudo:

- Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), Estado - Maior das Forças Armadas e Ministério do Exército.

- para os assuntos de atividades espaciais.

- Ministério da Agricultura (SUDEPE)
  - para os assuntos de Oceanografia (pesca).
- Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda (SEPRO)
  - para os assuntos de processamento eletrônico de dados e de coordenação da assistência técnica internacional.
- Ministério da Indústria e do Comércio, Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda
  - para os assuntos de isenção de taxas alfandegárias e exportação de materiais e equipamentos.

4.2.2 - A contra-proposta brasileira

A presente análise somente fará referência à proposta alemã quando julgado necessário para melhores esclarecimentos.

(1) - O título

- Não há, no mesmo, referência expressa à finalidade pacífica de cooperação, como tem sido usual em outros documentos desse gênero, embora conste no corpo do Acôrdio.

(2) - O preâmbulo

- Não está expressa a delegação de competência para assinatura do Acôrdio.
- Está expressa a finalidade pacífica de cooperação, apenas no que se refere ao campo da energia nuclear.

(3) - Os artigos

- Cumpre realçar, quanto à forma, que o início dos artigos por parágrafos não é usual.

- Artigo 1

(a) - Como foi mencionado no item 4.2.1 (1) anterior, a contra-proposta brasileira ampliou de quatro (4) para seis (6) os campos de cooperação. Houve o acréscimo do campo F, vago e absolutamente amplo. Quanto ao campo B (Aeronáutica e Atividades Espaciais), dado às áreas de competência dos diversos Ministérios e Órgãos, julgamos ser conveniente seu desdobramento em dois:

- Aeronáutica;
- Atividades Espaciais;

(b) - O § 3º do artigo preconiza que os convênios especiais serão negociados por órgãos designados, em cada caso, pelo MRE, e, que entrarão em vigor, "sempre que necessário", mediante troca de notas.

- Em virtude da disciplinação das áreas de competência estabelecida pelo Decreto Legislativo nº 200, os convênios especiais deverão ser negociados, pelos Ministérios respectivos (ou pelos órgãos subordinados por estes designados), assessorados pelo Ministério das Relações Exteriores.

É conveniente que a vigência dos convênios seja feita, sempre, mediante troca de notas, e não como está previsto, para que a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, possa apreciar, previamente, os convênios quanto aos aspectos que interessam a Se-

gurança Nacional.

- Artigos 2 e 3

Sem observações.

- Artigo 4

- A criação de uma Comissão Mista Teuto-Brasileira de cooperação científica e tecnológica, não consta da proposta alemã. Não consta, também, a obrigatoriedade de reuniões anuais.

- Dada a amplitude dos campos abrangidos pelo Acôrdo, a composição da Comissão será, possivelmente, numerosa, onerosa e, obrigatoriamente, de alto nível.

- Artigos 5,6,7 e 8

Sem observações.

- Artigo 9

- Trata de isenção de taxas alfandegárias e de exportação de materiais e equipamentos. Embora seja válida a idéia, há que ouvir-se, também, os Ministérios do Planejamento, Fazenda e Indústria e do Comércio, a respeito.

- Artigo 10

- A proposta alemã preconiza a criação de um documento de legitimação individual para os componentes de sua equipe, visando a garantir o máximo apoio à execução do Acôrdo. A contra-proposta brasileira estabeleceu a reciprocidade desse apoio, mas transformou o documento de legitimação em

documento de identidade. Esta Secretaria-Geral considera válida e útil a reciprocidade embora desconhecendo a equivalência entre documentos de legitimação e de identidade.

#### 4.3 - Conclusões parciais

4.3.1 - A ausência da expressão "para finalidades pacíficas", tanto no título como no preâmbulo, não dá ênfase a essa finalidade, embora não a prejudique.

O respeito aos compromissos internacionais do Brasil e à legislação em vigor, está ressalvado, quanto a êsse aspecto, pelo texto do artigo 1 que menciona, textualmente, a finalidade pacífica do Acôrdo.

4.3.2 - Não há, no texto do Acôrdo, delegação de competência para assinatura do mesmo. A Exposição de Motivos afirma, porém, que essa assinatura será feita na Alemanha, em maio próximo, em nível Ministerial.

4.3.3 - A contra-proposta brasileira inicia os artigos diretamente por parágrafos, o que não é forma usual.

#### 4.3.4 - O Artigo 1

- A ampliação dos campos de cooperação pela contra-proposta brasileira está correta. O acréscimo do campo F, embora vago, e amplo, é vantajoso para o Brasil, pois elimina a necessidade de novo Acôrdo, se surgir conveniência de cooperação científico-tecnológica em campo não especificado.

- O desdobramento do campo B em:

- Aeronáutica (EMFA, Ministério da Aeronáutica e CNPq) e
  - Atividades Espaciais (EMFA, Ministérios Militares, CNPq e GOCNAR),
- é conveniente, tendo em vista as áreas de competência alcançadas pelo mesmo.
- Ao contrário do contido na contra-proposta brasileira, os convênios especiais deverão ser negociados pelos Ministérios interessados (ou pelos órgãos subordinados por eles designados). Em todos os casos, caberá ao Ministério das Relações Exteriores um permanente assessoramento político-diplomático.
  - A vigência dos convênios especiais deverá ser feita, obrigatoriamente, mediante troca de Notas, ouvida, em cada caso, a SG/CSN, quanto aos aspectos que interessam a Segurança Nacional.

#### 4.3.5 - O Artigo 9

O problema de isenção de taxas alfandegárias, em - bora bem focalizado, merece ser apreciado pelos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda e da Indústria e do Comércio.

#### 4.3.6 - O Artigo 10

A reciprocidade no tratamento dispensado às equipes, estabelecida pela contra-proposta brasileira é correta. Há necessidade, porém, de esclarecer-se a equivalência entre documentos de legitimação e de identidade.

### 5. CONCLUSÕES FINAIS

#### 5.1 - Quanto à forma



5.1.1 - Não há, no texto do Acôrdio, delegação de competência para assinatura do mesmo, muito embora a Exposição de Motivos preveja a assinatura, em maio próximo, na República Federal da Alemanha, em nível ministerial.

5.1.2 - A contra-proposta brasileira inicia os artigos por parágrafos.

5.2 - Quanto ao mérito

5.2.1 - O Artigo 1

- O acréscimo do campo F - "outros assuntos de interesses mútuos", proposto pelo Brasil, é vantajoso.

5.2.2 - Tendo em vista as áreas de competências alcançadas pelo campo B (Aeronáutica e Atividades Espaciais) é conveniente seu desdobramento em:

- Aeronáutica (EMFA, Ministério da Aeronáutica e Conselho Nacional de Pesquisas);
- Atividades Espaciais (EMFA, Ministérios Militares, CNPq e GOCNAE).

5.2.3 - A vigência dos convênios especiais deverá ser feita, obrigatoriamente, mediante troca de notas, ouvida, previamente, em cada caso, a SG/CSN, quanto aos aspectos que interessam à Segurança Nacional.

5.2.4 - O Artigo 9

O problema de isenção de taxas alfandegárias, embora bem focalizado, merece ser apreciado pelos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda e da Indústria e do Comércio.

6. PROPOSTA

6.1 - Exposição de Motivos submetendo ao Presidente da República as conclusões do presente estudo, somente no que concerne ao mérito, sugerindo que o Ministério das Relações Exteriores ouça, ainda, os Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda e da Indústria e do Comércio, quanto ao problema de isenção de taxas alfandegárias.

6.2 - Informação ao Ministério das Relações Exteriores, após o Excelentíssimo Senhor Presidente da República tomar decisão a respeito.

oooooooooooo - oooooooooooooo